

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.354.740 - SP
(2018/0218800-5)**

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
AGRAVANTE : PRODUMAN ENGENHARIA S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADO : RONNEY CASTRO GREVE - BA011791
AGRAVADO : USIMINAS MECANICA SA
ADVOGADOS : NEY JOSE CAMPOS E OUTRO(S) - MG044243
ANA CLÁUDIA GOMES - MG076021

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. AÇÃO ORDINÁRIA. PRESCRIÇÃO. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. PRAZO DECENAL. ACÓRDÃO ESTADUAL EM DISSONÂNCIA COM JURISPRUDÊNCIA DO STJ. VIOLAÇÃO AO ART. 205 DO CÓDIGO CIVIL CARACTERIZADA. AGRAVO CONHECIDO PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

1. "*Nas controvérsias relacionadas à responsabilidade contratual, aplica-se a regra geral (art. 205 CC/02) que prevê dez anos de prazo prescricional*" (AgInt no REsp 1.796.574/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/06/2019, DJe de 12/06/2019). Precedentes.
2. No caso em tela, o v. acórdão estadual deve ser reformado pois, confirmando sentença, reconheceu a prescrição trienal, em que pese a pretensão da promovente, ora agravante, se fundamente em responsabilidade decorrente de contrato entabulado entre os ora litigantes. Nesse contexto, o prazo prescricional aplicável é decenal (CC, art. 205) e, uma vez afastada a então reconhecida prescrição, devem os autos retornar ao Juízo de piso para que continue no exame da ação ordinária, julgando-a como entender de direito.
3. Agravo interno provido para reconsiderar a decisão agravada e, em novo exame, conhecer do agravo para dar provimento ao recurso especial.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, dar provimento ao agravo interno

Superior Tribunal de Justiça

para reconsiderar a decisão agravada e, em novo exame, conhecer do agravo para dar provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira, Marco Buzzi (Presidente) e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 19 de setembro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator

